



RESOLUÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020

SALÁRIO MÍNIMO NOS 665€.
VINGOU A PROPOSTA MAIS RAZOÁVEL.

A última reunião da Concertação Social, realizada a 9 de Dezembro, teve por objectivo a actualização do salário mínimo nacional para 2021, matéria introduzida na agenda **apenas por pedido e pressão da UGT na reunião anterior.**

Foi uma não-discussão, com o Governo e os Parceiros Sociais a assumirem as posições mais do que expectáveis e já conhecidas dos portugueses nos últimos meses.

O Governo reafirmando (*ainda que a custo, na presença dos parceiros sociais*) a intenção de ir mais longe do que a média aritmética da anterior legislatura, conforme a posição inicialmente expressa pelo Primeiro-Ministro.

As confederações patronais a esquecerem os milhões que receberam das ajudas à economia e os milhões já prometidos, incluindo a fundo perdido, e a usarem a crise para manter a sua posição dos últimos anos de total indisponibilidade para qualquer aumento.

A CGTP a manter, como todos os anos, uma posição irrealista e maximalista.

A UGT a reafirmar a sua proposta, aprovada em Setembro passado em Secretariado Nacional, de 670€ de salário mínimo a partir de 1 de Janeiro de 2021.

O VALOR DE 665€ APRESENTADO PELO GOVERNO, apesar de ficar aquém da nossa proposta, É UMA VITÓRIA INDUBITÁVEL DA UGT e do princípio sempre por nós pautado de moderação e ponderação, sobretudo no actual quadro do país.

Uma vitória da moderação, da sensatez de quem sempre soube defender firmemente – e nunca desistiu de o fazer - a valorização dos rendimentos dos trabalhadores mais frágeis e vulneráveis sem esquecer a protecção dos seus postos de trabalho.

UMA VITÓRIA TRADUZIDA NA APROXIMAÇÃO CLARA DO GOVERNO À PROPOSTA DA UGT!

NEM O ZERO DOS PATRÕES, NEM OS 850 EUROS DA CGTP – SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUER VER O ÓBVIO.

Um aumento moderado mas mais efectivo, que nos permite manter o objectivo, que continuamos a defender, de ATINGIR, NO MÍNIMO, OS 800€ DE SALÁRIO MÍNIMO ATÉ 2023, indo inclusivamente além da meta estabelecida pelo Governo no seu programa.

UM AUMENTO QUE SAUDAMOS PORQUE NÃO ESQUECEMOS QUE MAIS 30€ SÃO TAMBÉM UMA VITÓRIA PARA QUEM GANHA O SALÁRIO MÍNIMO.

A UGT deve porém expressar a sua apreensão e o seu desagrado face à secundarização da concertação social, sobretudo na área do trabalho e também neste processo do salário mínimo.

A última reunião da CPCS foi precedida do anúncio na comunicação social da proposta que o Governo pretende implementar.

No dia seguinte à mesma reunião, o Governo apresentou ao País (com a presença de empregadores) um conjunto alargado de novas medidas de apoio às empresas.

Durante a reunião, a única novidade foi a referência a uma eventual nova medida de compensação às empresas pelos encargos deste aumento do salário mínimo, mas – mais uma vez – sem concretizar ou discutir os seus contornos com os parceiros sindicais, na presença de todos, em franco ambiente tripartido.

O GOVERNO NÃO MANDA NA AGENDA CONCERTAÇÃO SOCIAL.

A concertação social não pode ser o repositório de discussões (audições) menores ou da ordem de trabalhos que o Governo lança na comunicação social.

A concertação social não pode ser reduzida apenas à área do trabalho (o pouco que ainda se discute) e não aceitamos que o Governo venha apenas comunicar as decisões que já tomou, ou continue a negociar bilateralmente os dossiers mais relevantes com quem que lhe interessa (empregadores e partidos políticos).

Um Governo que coloca a Agenda Social no seio da sua próxima Presidência da UE não pode, no plano nacional, continuar a comprometer o diálogo social, elemento estruturante da Europa Social e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

POR ISSO, A UGT REJEITA O Esvaziamento da Concertação Social.

A UGT diz não à desvalorização do diálogo social.

É NECESSÁRIO, MAIS DO QUE NUNCA, DINAMIZAR A NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A situação de pandemia que vivemos trouxe-nos uma nova realidade, também ela com impactos na negociação colectiva, traduzindo-se numa redução muito significativa do número de convenções revistas, negociadas e publicadas.

Só no primeiro semestre deste ano, constata-se que foram publicadas menos 46 convenções que em período homólogo do ano anterior, situação que se reflecte negativamente nas condições de trabalho de milhares e milhares de trabalhadores nos mais variados sectores de atividade.

A redefinição dos níveis salariais, face ao aumento do salário mínimo, a organização do tempo de trabalho e as condições de prestação do mesmo, são matérias que assumem importância acrescida e que devem continuar a ser negociadas em sede de negociação colectiva, conferindo-lhe uma maior responsabilidade na resposta aos desafios que a pandemia veio antecipar e acelerar.

Neste contexto de mudanças muito complexas, empregadores e sindicatos devem preparar-se para antecipar os problemas, serem inovadores e dinamizarem as alterações reguladoras de novas formas de trabalho com direitos e qualidade.

Os fortes apoios que o Estado tem canalizado para a economia devem ser entendidos pelos empregadores como um motor da negociação colectiva e não como factor de retirada de direitos e violação das convenções. Em diálogo será sempre mais fácil ultrapassar as dificuldades.

A REESTRUTURAÇÃO DA TAP NÃO PODE PASSAR AO LADO DOS TRABALHADORES E DOS SEUS SINDICATOS. EXIGE-SE DIÁLOGO CONSTANTE.

Foi envolto em algum secretismo que o Governo apresentou, na semana passada em Bruxelas, o Plano de Reestruturação para a TAP. Ao não ter sido discutido prévia e pormenorizadamente com os Sindicatos tal situação deu azo à mais variadas especulações, nomeadamente na comunicação social, que em nada contribuem para a ajudar este processo a chegar a bom (aero)porto.

A TAP é uma companhia de Bandeira, à qual a diáspora portuguesa tem uma forte ligação tal como se se tratasse de uma embaixada itinerante de Portugal. Se mais razões não houvesse, esta seria suficiente, por si só, para justificar que sejam envidados todos os esforços para assegurar a viabilidade desta companhia aérea.

Para a UGT o Plano de Reestruturação a ser implementado deve ter como objetivo principal a preservação de postos de trabalho.

Os nossos Sindicatos representativos de trabalhadores na TAP (SQAC, SITEMA e ECONOMISTAS) reivindicam o acesso a toda a informação e a maior transparência neste processo como fatores fundamentais para a sua participação na resolução dos problemas que a empresa enfrenta.

EM DEFESA DOS TRABALHADORES DO SEF

O SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) está hoje nas primeiras páginas da Comunicação Social, por força de uma atitude condenável de alguns dos seus profissionais que, no início de 2020, foram alegadamente responsáveis pela morte de um cidadão ucraniano.

Não cabe ao movimento sindical que a UGT representa dar conselho à Justiça para que ela faça o que lhe compete.

Mas é nosso dever sindical sermos solidários com todos os trabalhadores do SEF e com o Sindicato que os representa, que cumprem diariamente as suas funções de forma abnegada e zelosa ao serviço do País.

À Justiça o que é da Justiça e que penalize quem prevaricou.

Aos trabalhadores do SEF exprimimos a nossa solidariedade. Num momento em que as suas funções se arriscam a ser arma de arremesso político - **e isso a UGT não aceita.**

Apelamos a todos quantos intervêm neste processo a um grande esforço de análise e reflexão em relação ao futuro do SEF e dos seus trabalhadores.

Não se confunda a árvore com a floresta.

OS SINDICATOS DA UGT QUEREM NEGOCIAR OS SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Orçamento do Estado para 2021, à semelhança do que sucedeu nos anos mais recentes, mantém uma política salarial para a Administração Pública que assenta na valorização dos salários mais baixos, facto que tem vindo a provocar uma aproximação cada vez maior do salário médio ao salário mínimo, **mantendo desse modo um cenário de estagnação de rendimentos e de contínua perda de poder de compra pela vasta maioria dos trabalhadores do setor público.**

Essa política de rendimentos é também responsável pela manutenção de injustiças tão gritantes como as evidenciadas pelo facto de um trabalhador admitido hoje na carreira de assistente operacional ou assistente técnico, estar com o mesmo nível salarial de colegas com mais de 20 anos de serviço.

A UGT considera essencial que se mantenha a diferenciação entre o salário mínimo e a remuneração de entrada na Administração Pública, que sejam atualizadas as primeiras posições da TRU, que se combata a política de baixos salários através de aumentos generalizados, que se adopte uma política fiscal que diminua a enorme carga fiscal que hoje incide sobre os rendimentos do trabalho e que contribua para a recuperação da classe média, e que sejam devolvidos os pontos de avaliação injustamente retirados a milhares de trabalhadores.

Todas estas matérias são susceptíveis de serem negociadas, acreditando a UGT que essas negociações poderão tornar possível a valorização das carreiras, a alteração da Tabela Remuneratória Única, a revisão do sistema de avaliação de desempenho, a adopção de uma nova política de admissões, o combate à precariedade e a actualização dos salários de todos os trabalhadores da Administração Pública (aumentados em irrisórios 0,3% no espaço de 10 anos), assim como de todas as pensões e do subsídio de alimentação.

Quanto à atribuição do subsídio de penosidade e risco, a UGT espera que a definição das condições de atribuição seja negociada com os sindicatos o quanto antes, de tal modo que venha a abranger os trabalhadores de todos os serviços essenciais.

No que respeita ao prémio de desempenho atribuído aos profissionais da saúde do SNS, a UGT reitera a sua posição quanto à necessidade de, em prol da transparência, serem públicas as listas nominais dos trabalhadores abrangidos por esta medida, considerando por outro lado que a seleção feita é restritiva, não englobando milhares de trabalhadores que, estando na retaguarda, contribuíram de forma decisiva para a boa resposta dada pelo serviço público de saúde no combate à pandemia de SARS-CoV-2, e que semelhante procedimento seja adotado para todos os trabalhadores que continuam a ser determinantes para o sucesso desse combate.

Considerando que os problemas da Administração Pública não se resolvem através do mero anúncio de medidas e sim através da assunção de compromissos e de negociação com resultados, **a UGT insta o Governo a abrir processos negociais com o objetivo de identificar e corrigir as injustiças que se vêm acumulando ao longo do tempo na Administração Pública e que a pandemia que vivemos veio agravar.**

CONFIANÇA NO SNS E NOS SEUS PROFISSIONAIS

A UGT Portugal saúda os progressos na área da vacinação contra a Covid-19 e o início do plano de vacinação em Portugal no próximo mês de Janeiro de 2021. Desde 1965 que existe um programa de vacinação gratuita e universal em Portugal, com elevadas taxas de sucesso pela larga adesão dos portugueses, como no caso da poliomielite e do sarampo e mais recentemente a vacina contra o cancro do colo do útero, o que nos leva a confiar na segurança e efectividade desta nova vacina e na larga experiência do SNS nesta área. Tal como no passado, serão necessárias **criterosas regras de segurança, logística e de operacionalização, assim como recursos humanos** especialmente qualificados e em **número suficiente** para a realização de tal plano nas unidades de saúde do SNS.

O maior desafio será, em simultâneo com a campanha de vacinação em massa, manter os níveis de assistência a todos os portugueses, quer aos doentes COVID quer para as restantes doenças. A execução deste plano vai requerer um esforço colossal por parte dos profissionais de saúde pelo que gostaríamos que o Governo deste país reconhecesse tal esforço, olhando para as carreiras profissionais destes trabalhadores, valorizando-as e reconhecendo o seu valor e dedicação.

Este pode ser, de facto, o **início do fim da crise de saúde pública** e a possibilidade de começar a recuperação e reestruturação económica do país.

PACTO ECOLÓGICO EUROPEU, FUNDO DE TRANSIÇÃO JUSTA, OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA OS TRABALHADORES

Passaram 5 anos desde a assinatura história do Acordo de Paris, visando alcançar a descarbonização das economias mundiais. Em consonância com a assinatura, a União Europeia, procura ser o primeiro continente com impacto neutro no clima, através do Pacto Ecológico Europeu em que tenta transformar desafios em oportunidades para uma União com uma economia moderna, eficiente no aproveitamento dos recursos e competitiva: em 2050 não haverá emissões líquidas de gases com efeito de estufa, o crescimento económico seja dissociado da exploração dos recursos e que ninguém em nenhuma região seja deixado para trás.

Assim, ao longo deste processo profundamente transformador e urgente da nossa sociedade, solicitou aos Estados-membros a elaboração de Planos Nacionais (Integrados) de Energia e Clima (PNEC), visando garantir a transição energética e o cumprimento dos objetivos da redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), tornando-se imperioso e urgente adotar medidas que contribuíssem para minimizar os impactos das alterações climáticas e garantir que o aquecimento global do planeta não atingisse os 2°C acima do nível do período pré-industrial.

Desde então, muitas estratégias e medidas complementares à persecução deste objetivo destinadas a proteger o ambiente e a impulsionar a economia verde, tem vindo a ser adotadas

pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros. No entanto, os fundos comunitários para a Transição Justa, afetos a esta transformação económica e social premente, têm tido alguns entraves na sua consensualização ao nível europeu.

Na passada semana o Conselho da UE, o Parlamento Europeu e a Comissão chegaram a acordo sobre o texto de compromisso final do Regulamento do Fundo de Transição Justa, no valor global de 17.5 biliões de euros. A UGT saúda este consenso e destaca que uma das premissas aprovadas refere que os Estados-membros devem em **diálogo social** e cooperação com as partes interessadas detalhar os respetivos Planos de Transição Justa de acordo com os Planos Nacionais de Energia e Clima (PNEC). A UGT, acérrima defensora da promoção do dialogo social enfatiza que os Trabalhadores portugueses e seus representantes tem que ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado. O apoio ao emprego, a formação e requalificação dos trabalhadores tem que ser fortemente apoiada e acompanhada. Não podemos deixar nenhum trabalhador para trás.

Refira-se que os países que não se comprometeram com a neutralidade carbónica até 2050 só terão acesso a 50% dos fundos para a Transição Justa, a que o país teria direito. Portugal, que esteve na linha da frente na assunção deste compromisso receberá **349 milhões de euros** provenientes do Fundo de Transição Justa.

A UGT, disse sempre presente a este debate e nos palcos onde tem voz, fez expressar as suas preocupações relativamente ao mundo do trabalho em transformação em contexto europeu, e português, dando pareceres e reforçando as posições que tem vindo a assumir de total empenho nos objetivos constantes do Pacto Ecológico Europeu, ressaltando a importância que os trabalhadores tem na transformação da sociedade, no crescimento da economia de forma sustentável, assegurando que os direitos dos trabalhadores à consulta e informação, consagrados na legislação são para cumprir e, que a requalificação dos trabalhadores que se vem a braços com atividades profissionais em reconversão é efetivada, assim como a formação dos trabalhadores para os empregos verdes.

A economia verde introduzirá novas tecnologias e processos construtivos no mundo do trabalho acompanhada das transformações que temos vivido neste momento atípico das nossas vidas, fruto da pandemia provocada pelo Sar-Cov-2. Esta adaptação forçada, que todos tivemos que fazer, apenas acelerou algumas das medidas constantes nas estratégias e nos planos para a proteção do ambiente. Para que os empregos verdes sejam realmente sustentáveis, temos que garantir que proporcionam as condições de trabalho e que a segurança e saúde dos trabalhadores que neles desenvolvem atividade, seja devidamente assegurada. Por isso, importa que se proceda à adequada identificação dos perigos inerentes à mesma e seja feita a correta avaliação dos riscos a que os trabalhadores estão sujeitos. Esta avaliação tem que deixar de ser realizada de forma generalizada e à distância, sem se ir ao local de trabalho, a avaliação tem de ser efetuada de forma holística tendo em atenção as características dos locais de trabalho e dos trabalhadores, enquanto indivíduos únicos.

Alertamos, desta forma, para os perigos que os trabalhadores dos empregos verdes poderão enfrentar, os já conhecidos nos locais de trabalho tradicionais, acrescendo a exposição a riscos profissionais ainda não conhecidos, identificados e avaliados. É por este motivo, que é fundamental assegurar que os empregos verdes permitam a integração de estratégias de prevenção a montante, concebidas de forma a prever, identificar, avaliar e controlar os perigos e riscos destas atividades.

Os empregos verdes devem proporcionar condições de trabalho seguras, saudáveis e dignas, de forma a contribuírem para um crescimento da economia verdadeiramente sustentáveis. Uma sociedade evoluída tem que acautelar que os seus cidadãos não adquirem doenças ou sejam vítimas de acidentes enquanto exercem a sua atividade profissional.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL UMA EXIGÊNCIA DE QUALIDADE

A UGT não pode deixar de manifestar o seu apreço pelo empenho pelos trabalhadores da educação e da formação profissional, nomeadamente, na sua capacidade de adequação às novas tecnologias de comunicação. Chegou o momento de exigir formação profissional que seja adequada aos novos desafios. Chegou o momento de exigir que nos ensino e formação a

distância se definam claramente quais as regras do modelo de “teletrabalho” que venham a ser necessárias implementar.

A formação profissional e as políticas ativas de emprego são uma área fundamental para a valorização dos trabalhadores e por isso a UGT não abandonará em sede da CPCS de exortar o Governo a continuar os trabalhos já iniciados para um Acordo Global para a Formação Profissional.

No âmbito das políticas ativas de emprego a UGT exigirá ao governo respostas rápidas e eficazes para que os trabalhadores encontrem novas oportunidades de trabalho e não venham a aumentar drasticamente os índices de pobreza que já tanto assola os trabalhadores e desempregados, com graves custos familiares e sociais.

A UGT exige que os Fundos e Subvenções disponibilizados pela UE para Portugal nas áreas da Educação e Formação Profissional tenham um real impacto na vida dos trabalhadores e das suas famílias. A UGT não pode deixar de exigir que a utilização dos Fundos e Subvenções tenha a real e efectiva participação dos Parceiros Sociais na sua execução.

É urgente que o Governo comece a dar sinais claros sobre as políticas de educação e formação profissional relativamente à valorização dos seus profissionais e que envolva e negocie com as estruturas representativas dos trabalhadores.

A UGT mantém a sua inteira disponibilidade para, no âmbito da CPCS, trabalhar, em diálogo, para um Acordo que faça uma revisão e adequação da política de Formação Profissional e que responda às reais necessidades estruturais do País, dos trabalhadores e do mercado de trabalho.

A UGT PEDE AO GOVERNO MEDIDAS PARA TRAVAR O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÉNERO DEVIDO AOS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS DA COVID-19

De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas sobre o impacto do Covid-19 nas mulheres salientando as desigualdades entre mulheres e Homens perante a pandemia causada pela COVID-19 e aborda a necessidade de medidas prioritárias para respostas imediatas e da promoção de esforços para recuperação a medio e longo prazo.

O relatório evidencia como a pandemia pode aprofundar as desigualdades de género, verificando-se na grande maioria dos países ou um aumento das situações de violência doméstica, a quebra nos empregos remunerados e o aumento do trabalho de cuidado não remunerado como resultado do encerramento das escolas e do cuidado de idosos. Quase 60% das mulheres em todo o mundo trabalham na economia informal, estando agora a ganhar menos, a economizar menos e com maior risco de cair em situação de pobreza.

A crise do Coronavírus afetou fortemente toda a população Europeia, mas o seu impacto económico está a atingir mais fortemente as mulheres que estão agora a perder os seus empregos a um ritmo muito mais rápido do que os homens.

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, referiu, a este respeito, que as ameaças aos direitos das mulheres prejudicam a sociedade como um todo. Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, por seu turno, destacou o compromisso da União Europeia para com a Igualdade entre homens e mulheres, renovado na Estratégia para a Igualdade entre homens e mulheres da União Europeia, de março 2020.

Para fazer face aos impactos desta crise pandémica na vida das pessoas, é necessário alerta o Governo o da urgência de um conjunto de medidas, não só ao nível da proteção da saúde de todos os portugueses, como também pelas medidas de apoio económico e social às famílias e empresas para proteger emprego, rendimentos e evitar a destruição das empresas.

O encerramento das escolas e o confinamento em casa levou a novas e rápidas aprendizagens, não só ao nível do ensino a distancia, mas também ao nível de uma nova organização das famílias que, de um dia para o outro, tiveram de conciliar dentro do mesmo espaço – a casa – teletrabalho e trabalho não pago com cuidado e apoio à aprendizagem das crianças e jovens, o que introduziu sobrecargas excessivas e algum desequilíbrio na partilha destas tarefas, asseguradas na sua maioria por mulheres.

As desigualdades entre mulheres e homens mantêm-se e até aumentaram com a crise, uma vez que há mais mulheres a usufruir da medida de “apoio à família” e também de “lay off”, ambas com perdas significativas de rendimentos. Tal facto deve-se à organização das estruturas das profissões por sexo que a crise acentuou.

De salientar ainda que, em março de 2020, por toda a Europa, o número de mulheres que tinham perdido o seu emprego era quase cinco vezes superior ao número de homens, sendo que as mulheres realizam a maior parte do trabalho adicional não remunerado decorrente do encerramento das escolas, dos serviços de guarda de crianças e de apoio a familiares doentes e do fecho das cantinas.

Assim a UGT pede ao governo:

- O reconhecimento e valorização do trabalho não remunerado ao nível do cuidado, como uma contribuição vital para a economia, como defende a ONU;
- Que o ministério do Trabalho contemple o equilíbrio de género como um dos temas centrais do seu Livro Verde para o Futuro do Trabalho;
- A UGT tudo fará que seja cumprido o Pilar Europeu dos Direitos Sociais na Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

NA ACTUAL CONJUNTURA OS QUADROS E TÉCNICOS SUPERIORES DEVEM VER RECONHECIDAS E VALORIZADAS AS SUAS CARREIRAS

A atual pandemia veio realçar o papel de todos nós num mundo globalizado que, pouco a pouco, tem desvalorizado a maior força de trabalho que é o capital humano. Temos assistido

à depreciação em massa dos profissionais de todos os setores, mas principalmente daqueles que dão a cara às políticas minimalistas das empresas e organizações. Referimo-nos também aos Quadros e Técnicos superiores com responsabilidades de gestão acrescidas e complexas, que sofrem pressões diárias sem a devida correspondência em termos de valorização de carreiras e de salários, conduzindo a uma desestruturação das profissões. São também aqueles que muitas vezes em situação de crises são os primeiros a ser dispensados numa sociedade de mercado em que apenas se valoriza o bem económico, aumentando assim a precariedade e a pobreza.

E a atual crise veio acrescentar ainda outras responsabilidades a este grupo de profissionais que se viram confrontados com a emergência de novos modelos laborais dos quais o teletrabalho assume um papel crucial como forma de combate à pandemia. Vivemos um tempo de grandes desafios e a UGT está atenta aos desenvolvimentos que afetam estes profissionais. Não podemos deixar nenhum trabalhador para trás. Os Quadros sofrem com esta revolução digital. Há muito que aprender e mudar em termos de liderança. Por isso, há que sensibilizar os parceiros sociais no sentido de criar recomendações políticas que contribuam para uma liderança equilibrada e sustentável, tanto no setor privado como no público. A UGT pede, por isso, o reconhecimento do esforço destes profissionais e a sua valorização em termos de carreira, equipando os atores com novas ferramentas e o conhecimento necessário para fazer face aos desafios.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - REFORÇAR E CONCRETIZAR A AGENDA SOCIAL. VALORIZAR O PAPEL DO DIÁLOGO SOCIAL

A Presidência Portuguesa surge num momento muito importante para a Europa, com vários dossiers importantes em aberto: o Brexit, o Plano de Recuperação, o Pacto Ecológico Europeu, o Novo Pacto das Migrações, mas é sobretudo, **o enfoque dado à Europa Social que está a criar uma expectativa muito positiva junto da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e da generalidade dos sindicatos europeus** pois, entre as prioridades do Governo português encontram-se o reforço da “dimensão social da Europa como resposta à crise e como fator de crescimento inclusivo” e o desenvolvimento de uma “economia digital baseada em valores”.

Além disso, um dos momentos altos da Presidência portuguesa será **uma Conferência tripartida de alto nível para debater a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS)** e a sua relevância num contexto de recuperação económica e transição climática e digital.

Espera-se também que, neste período, a Directiva europeia sobre salário mínimo adequado seja uma realidade e que a dinamização da negociação colectiva se traduza em ganhos para os trabalhadores quer a nível salarial quer ao nível das condições de vida. Este empenho do Governo português em concretizar o PEDS é naturalmente de saudar.

A UGT regista positivamente o facto de o Governo ter informado os Parceiros Sociais relativamente à agenda e prioridades da Presidência Europeia. Neste sentido, a UGT espera também que o Governo português continue a incentivar e reforçar o diálogo social e a participação dos trabalhadores através do acesso atempado à informação, da possibilidade de negociar e de celebrar acordos em matérias que lhes digam respeito, tal como está consagrado no PEDS.

O diálogo tem de ser fortalecido no respeito pela autonomia e pelos contributos dos parceiros sociais.

O diálogo social constrói-se no dia a dia, fazendo dele a forma normal de encontrar as melhores soluções a nível nacional e a nível internacional.

Desde sempre que a UGT tem considerado que o diálogo social faz parte do seu ADN, sublinhando-se a necessidade de continuar a aperfeiçoar este instrumento e a torná-lo relevante. Tal exige um efectivo e adequado envolvimento dos parceiros sociais em especial, os sindicatos, na elaboração das agendas e dos processos de decisão.

SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES MIGRANTES

O Secretariado Nacional da UGT saúda todos os trabalhadores migrantes, nesta data em que se comemora o seu Dia Internacional, para que os seus direitos, enquanto trabalhadores, sejam respeitados no seu País de acolhimento.

Portugal é uma Nação histórica de emigração.

Este factor dá-lhe uma responsabilidade acrescida na forma como acolhe, trata, integra e defende quem nos escolhe como destino para trabalhar.

Saibamos ser dignos da sua confiança e da esperança que as suas opções representam para as suas vidas.

Lisboa, 18 de Dezembro de 2020

APROVADO POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

O SECRETARIADO NACIONAL DA UGT